



Anais da Assembleia

Nº 29

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Florivaldo Palácios e Domício Scaramella.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tugúio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Responderam à chamada 22 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discutí-la, declaro-a aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EBENEZER MARTINS MÜLLER e seus pais HENRIQUE MÜLLER e LOLI MÜLLER, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio - PR.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, seja feita comunicação à Ex.ª família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribui-

ções regimentais e com apoio do Plenário, REQUEREM a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do Radialista ARISTEU BACON, ocorrido recentemente na cidade de Jacarezinho. O jovem radialista primava pela informação segura, sadia e de orientação aos ouvintes da Rádio Educadora Rural.

Outrossim, solicita que da deliberação desta Casa seja dado ciência à família enlutada, à rua Sapucaí, n.º 812 e à Emissora, onde era funcionário, à Rua Antônio Lemos n.º 807, ambas na cidade de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979

(aa) PALÁCIOS e TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado à SANEPAR um apelo em favor da ampliação da rede de água da cidade de Campo Largo, a fim de servir o Jardim Itaboá, Jardim Bela Vista e outros loteamentos do Bairro de Itaquí.

Referido apelo se faz tanto mais urgente quanto se sabe que aquelas imensas populações obtêm suprimento de água potável em cisternas inteiramente poluídas em razão da proximidade das fossas sanitárias ali existentes.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, conferidas pelo artigo 134, § 1.º, VI, do Regimento Interno, REQUER a expressa manifestação de um voto de regozijo, a ANAI — Associação Nacional de Apoio ao Índio do Paraná, à Cinemateca do Museu "Guido Viaro", ao Departamento de Psicologia e Antropologia da Universidade Federal do Paraná e ao Conselho de Animação Missionária que deverão ser saudados pela realização da semana do índio, de 16 a 20 de abril do corrente exercício no auditório do Colégio São José, na Praça Rui Barbosa, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

No centro das dificuldades do índio está o problema da terra. Urge a mudança profunda da estrutura fundiária existente no país. Quando o índio possuir território, onde possa ser assegurada a sua sobrevivência e desenvolver sua cultura, será livre.

A causa do índio está ligada a uma causa maior que é a luta contra a opressão a que estão submetidos milhões de brasileiros.

A justiça e a liberdade não são outorgas dos governantes, mas sim conquistas que advirão das lutas, por elas, que devem ser desencadeadas em todo o território nacional.

Como não há por parte de quem deve ver, uma política definida, concreta, que vise resolver questão tão grave, é necessário que apoiemos não só a ANAI, mas todos aqueles que se interessem pela resolução, pela eliminação, de tão importantes problemas, que maculam a sociedade brasileira no seu todo.

Lutemos pela preservação da vida e da cultura indígenas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de duas salas de aula na localidade de Canoas, no Município de Dois Vizinhos.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores, daquele município.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — A localidade de Canoas, daquele município, conta atualmente com somente duas salas de aulas;

2 — O crescente aumento do número de alunos naquela localidade, está a exigir a ampliação do número de salas de aulas, fato de preocupação e reivindicação do povo local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor GILBERTO GERALDO GÁRBI, M.D. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a instalação de um posto de serviço telefônico na localidade de Rio Elias, no Município de Renascença.

Requer, outrossim, que do presente seja enviado cópia à Prefeitura Municipal e Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

A região de Rio Elias, Município de Renascença é indiscutivelmente uma das que mais produz em todo o Sudoeste.

Com topografia que permitiu ampla mecanização, aquela localidade se transformou em pouco tempo em uma das colônias mais ricas não só do município como também de toda a região.

A instalação de um posto de serviço telefônico viria muito contribuir para um melhor padrão de vida daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a esta Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja formulado, através de ofício, ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, um apelo no sentido de sua intercessão junto a COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, visando uma urgente revisão nos valores das mensalidades estipuladas aos moradores das casas do conjunto habitacional "PARIGOT DE SOUZA" nesta Capital, sito no bairro do Xaxim, os quais foram lançados em desacordo com os valores anunciados por ocasião do sorteio das chaves bem como no momento de sua inauguração.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA: Em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os incisos IV, V e VI, do Art. 134 do Regimento Interno foram sempre veículo para manifestação rápida e desembaraçada da Assembléia, desde que uma ocorrência lamentável ou um fato jubiloso, sem mais sérias implicações legais ou políticas, recomendassem a iniciativa.

Pesar por falecimentos ocorridos ou regozijo por fatos ou efemérides significativas, esses foram sempre o tipo de proposições amparadas pelos incisos referidos do Art. 134. O testemunho comprobatório do que ora se afirma pode ser colhido não só nos Anais da Casa como, até, na palavra dos Depu-

tados mais antigos.

E foi essa, não há como duvidar, a intenção do próprio legislador, tanto que para a deliberação sobre esse tipo de requerimento não impôs a presença mínima de metade mais um dos Deputados, bastando o atendimento aos imperativos constitucionais e regimentais pertinentes ao terço indispensável ao funcionamento da Assembléia.

Nas últimas sessões, porém, usando de um artifício que entendemos regimental, mas legítimo, parte dos Srs. Deputados vem se utilizando dos dispositivos regimentais antes citados para manifestações nitidamente facciosas e políticas. Daí por que entendemos ilegítima a ação: pronunciamentos da Assembléia, com implicações partidárias ou conotações políticas, não podem ser deliberadas sem que, da composição numérica da Casa, pelo menos a maioria absoluta se faça presente.

Entendemos que a Mesa não tem como negar acolhimento a tais proposições, assim como não pode fugir ao recebimento deste REQUERIMENTO.

"Requeiro, ouvida a Casa, que requerimentos de pesar ou regozijo que tiverem implicações partidárias ou conotações políticas, à critério do Presidente, se aprovados com presença de Deputados inferior à maioria absoluta da composição numérica da Assembléia, tenham esse detalhe inserido em ata e mencionado no expediente externo eventualmente expedido."

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, contendo pedido de informações sobre os seguintes quesitos:

1. Quais as providências adotadas pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, para coibir a poluição atmosférica provocada pela COCELPA - Companhia de Celulose e Papel do Paraná - cuja indústria se localiza no quilômetro 5 da Rodovia do Xisto.

2 - Por que não adota o Poder Público as medidas legais que lhe cabe aplicar para obrigar a referida indústria instalar equipamento de filtragem de poluentes?

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Com suas instalações industriais inadequadas, a COCELPA vem há tempo provocando insuportável poluição não apenas de águas fluviais mas, também, da atmosfera.

A poluição do ar prejudica a população de Araucária, que se tem rebelado contra a ofensa ao seu meio ambiente, sem que as autoridades públicas respaldem seu direito de respirar ar puro.

As informações não oficiais circulantes na comunidade são de que a SUREHMA concedeu prazo à COCELPA até maio do ano passado para que essa indústria se adequasse à tecnologia de combate à poluição, sem que nenhuma providência tenha sido adotada até o momento.

Tem o presente pedido de informações, portanto, o objetivo de obter palavra oficial sobre o assunto, para que possamos instruir pronunciamento sobre a ação da SUREHMA e questionar da conveniência de negociações de prazos com indústrias poluentes, em acordos nem sempre cumpridos, onde se transige em favor do poder econômico em detrimento da população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante assina, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado ao Ex.^{mo} Sr. Secretário do Interior um pedido de informação sobre as causas pela quais a SANE-

PAR não cumpre a obrigação contratual de ampliar a rede de água e esgoto da sede do Município de Campo Largo, constante de contrato de que faz parte integrante a Lei Municipal n.º 227, de 14.7.72.—

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente da SANEPAR, solicitando medidas urgentes para o pronto restabelecimento do fornecimento de água ao Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

O presente apelo se faz necessário em virtude daquela cidade encontrar-se já a vários dias com falta de água, o que vem ocasionando sérios problemas à população, que para obter o líquido vital, às vezes, tem que percorrer grandes distâncias ou recorrer a vizinhos possuidores de poços.

Com o recente secamento dos mananciais que serviam a cidade agravaram-se, sobremaneira, os problemas.

Urge, portanto, um pronto restabelecimento do fornecimento de água à população.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Edilson Alencar. (Ausente) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “O que nos traz hoje a esta tribuna é a preocupação com um problema que vem ocorrendo na fronteira de nosso Estado. Não sei se é do conhecimento de todos os Senhores, mas hoje a fronteira do Paraná com o Paraguai e a Argentina não está mais limitada pelos rios Paraná e Paraguai. Embora, para efeitos da geografia, a fronteira ainda seja esta, na realidade já não é mais. Isso porque brasileiros radicados principalmente no oeste do Estado, já ocupam uma faixa de cerca de duzentos quilômetros dentro do Paraguai e cem quilômetros em território argentino. Calcula-se que no Paraguai existam, pelo menos, trezentos mil brasileiros, enquanto que ultrapassa a cada dos cinquenta mil os brasileiros que se encontram em território argentino.

Isso, acreditamos, deve ser um motivo de grande preocupação para todos nós que representamos aquela região nesta Casa de Leis.

Isso porque, na maioria dos casos, aqueles que são levados a residir no Paraguai e na Argentina são enganados. Enganados por imobiliárias inescrupulosas, cuja única preocupação é o lucro. Sabemos de casos, de pessoas que compraram terrenos no Paraguai e que, ao chegarem lá, constataram que suas propriedades não existiam. Outros, compraram terrenos que pertencem ao Governo e que, de maneira alguma, poderiam ser comercializados.

A exploração por parte destas imobiliárias é motivo de alerta. São os paranaenses que estão sendo espoliados. Ao se transferir para o outro lado da fronteira, eles se lançam a uma verdadeira aventura.

Isso, porque não sabem se realmente a terra que compra existe e nem quais garantias possuem sobre a mesma. Isso porque a legislação sobre imóveis nos dois países vizinhos não é a mesma que a nossa.

O lucro obtido por estas imobiliárias é tão grande, que é comum encontrar-se anúncios sobre a venda de terras no Paraguai e na Argentina em jornais de circulação nacional como

“O Estado de São Paulo” e “Jornal do Brasil”. Grandes loteamentos são oferecidos naqueles dois países vizinhos, a preços tentadores. Mas, a realidade é bem outra. Sem terra, sem proteção, sem dinheiro, este paranaense que vai para o Paraguai e Argentina, acaba indo habitar casebres piores do que estes existentes nas favelas que circundam as grandes cidades. Ali, sem assistência de qualquer espécie, ele está condenado a passar grande parte de sua vida. Isso, até que consiga algum dinheiro para tentar voltar ao Paraná.

Era essa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a preocupação que queríamos demonstrar com este pronunciamento.

Ao mesmo tempo, gostaríamos de fazer um apelo às autoridades estaduais, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e aos Sindicatos Rurais, para que se empenhem no sentido de que o homem do campo do oeste do Estado não seja enganado por estas imobiliárias e não abandone o nosso Estado.

Cumpre-nos ressaltar, por outro lado, que tanto o Governo do Presidente Stroessner como o Governo do Presidente Videla tem oferecido boa receptividade àqueles brasileiros. Mas, não podem arcar com os problemas que são criados por estas inescrupulosas imobiliárias.”

Esta é uma denúncia, Sr. Presidente Srs. Deputados, que fazemos a esta Casa de Leis, porque todos os Senhores, como nós, representamos o povo brasileiro e especialmente o povo paranaense que está nos deixando para residir em outros países, mesmo contando com o apoio dos governos do Paraguai e da Argentina, mas lá vão pensando como será o seu futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo a tribuna, nesta tarde, para formular um apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba. Um apelo no sentido de interceder junto à Companhia de Habitação Popular de Curitiba para que proceda uma verificação nos valores das mensalidades atribuídas às casas do Conjunto Residencial Parigot de Souza, situado no bairro do Xaxim, nesta Capital.

E faço este apelo com fundamento em um abaixo-assinado subscrito por setecentos moradores daquele Conjunto Habitacional que, durante a fase inicial de aquisição de suas residências, receberam informações da COHAB de Curitiba, que as mensalidades daqueles casas não ultrapassariam a cifra de um mil e duzentos cruzeiros. E o que acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a primeira mensalidade que aqueles moradores foram recolher junto à COHAB veio com o valor de um mil, oitocentos e vinte e seis cruzeiros! Bem superior àquele valor que o Diretor da COHAB, por ocasião da reunião para sorteio das chaves, teria afirmado aos moradores daquele Conjunto que são todos trabalhadores que ganham salários que vão de dois a quatro mil cruzeiros mensais. E todos que se interessaram por aquelas casas assim o fizeram na esperança de que com os seus salários minguados pudessem fazer face à despesa da mensalidade da casa própria.

Faço este apelo ao Sr. Prefeito Municipal exatamente no momento em que o Governo, bem como o Ministério do Interior, estão divulgando medidas que poderíamos chamar de medidas socializantes, porque vêm ao encontro dos anseios daqueles que lutam por sua casa própria. E dado os pequenos salários, dado o alto custo de vida, não conseguem ter sua casa própria. E aqui em Curitiba, no Conjunto Habitacional Parigot de Souza, esses moradores que, por ocasião do sorteio das chaves, receberam informações de que não pagariam mais do

que hum mil e duzentos cruzeiros; aliás, a informação foi mais taxativa; que era de oitocentos cruzeiros mensais. E, para surpresa daqueles moradores, veio a mensalidade de hum mil, oitocentos e vinte e seis cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este apelo justifica-se, ainda mais quando da inauguração deste conjunto, o ex-Prefeito Municipal de Curitiba, Saul Raiz, ao discursar na solenidade de inauguração daquela obra, também reafirmou as afirmações feitas pelo Diretor da COHAB.

Portanto, encaminho o meu requerimento, na certeza de que o Prefeito Municipal olhará este assunto, com todo o carinho porque ele virá beneficiar mais de mil famílias que residem em Curitiba.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na próxima semana traremos à aprovação desta Casa, dois requerimentos; um, para o Ministério da Agricultura, e outro, endereçado à Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, com relação à companhia da erradicação do cancro cítrico.

Os pomares, principalmente no Norte do Paraná, foram erradicados, e grupos paulistas com estreitas ligações com grupos multinacionais, evidentemente estão por trás, como estiveram, no episódio da peste suína, no episódio da erradicação dos cafezais, e, até, na invenção da ferrugem no café.

Hoje, o Norte paranaense compra, nas feiras, produtos vindos de São Paulo. Na barreira do Paranapanema, na divisa, os guardas continuam parando os veículos e abrindo os porta-malas, enfim, revistando-os; mas, em São Paulo, o corredor Emerson Fittipaldi deve plantar ou está plantando, 1.600.000 pés de laranja; no Paraná, a laranja, o limão, foram erradicados!

Fui procurado por um grupo de produtores de Londrina, os quais me pediram para que entrássemos com estes requerimentos, pedindo informações ao Ministério da Agricultura e à Secretaria da Agricultura, informações tais como:

Quais seriam as influências, quem estaria por trás, por que o Norte do Paraná está proibido de plantar a sua laranja e o seu limão, ao passo que o Estado de São Paulo tem uma super produção?

Por hoje era isto, Sr. Presidente, na próxima semana voltaremos ao assunto.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)..

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para fazer uma denúncia sobre o que está atemorizando todo o brasileiro, no presente momento.

Os industriais do óleo comestível estão impondo condições de reajustamento de trinta por cento, e o Ministério da Fazenda não está concedendo e, conseqüentemente, as indústrias de óleo comestível no Brasil, estão sonhando o fornecimento do óleo, para o comércio em geral.

Há dificuldade, hoje, de o brasileiro, da dona de casa comprar o óleo, principalmente o óleo de soja, que está tabelado através do CIPI a um valor de Cr\$ 18,20 e vendido normalmente de Cr\$ 22,00 a Cr\$ 26,00 nos supermercados, nas quitandas, nas mercearias dos grandes centros e do interior.

Hoje, com a falta desse óleo está se pagando Cr\$ 40,00, Cr\$ 45,00 e até Cr\$ 50,00 uma lata de um litro desta oleaginosa e não vemos até esta oportunidade, nenhuma medida tomada pelo Governo deste País. O óleo de soja que é o principal que fornece a gordura para a comida do brasileiro, quando

estamos em plena safra do soja, quando o soja, mais de setenta por cento está na mão dos conglomerados, das cooperativas que são os entrepostos hoje para a compra depois pelas multinacionais.

Setenta por cento desta oleaginosa está na mão das indústrias e porque é que está faltando o óleo? Porque eles querem um reajuste. Eles já compraram o soja ao preço de Cr\$ 290,00 a Cr\$ 310,00 uma saca de sessenta kilos. Sessenta por cento da safra foi comprada nesta base. Vinte por cento foi comprada a um preço de Cr\$ 320,00 a Cr\$ 365,00 para o produtor receber no mês de julho. Trinta por cento da safra está para ser colhida, está para ser comercializada.

Não há falta do soja no mercado. Está nas mãos das indústrias e elas estão sonhando o óleo para o brasileiro, e eu queria perguntar ao Senhor Presidente e aos nobres Deputados, aonde está o Governo que tudo pode e que tudo faz, com a sua prepotência, com o seu arbítrio, que não tomou uma atitude ainda, contra as indústrias de óleo comestível nesta Nação.

Isto é um caso de polícia, porque o Sr. Ministro da Fazenda, quando assumiu no dia 15 de março, dizia que prenderia os especuladores, aqueles que fossem escorchar o bolso do brasileiro, e isto se chama, assaltar o bolso do brasileiro, sonhando a entrega do óleo, para ele ser comercializado no câmbio negro, ao preço de Cr\$ 40,00, Cr\$ 45,00, Cr\$ 50,00 uma lata. Então é de se perguntar para o Sr. Ministro da Fazenda e ao Ministro da Agricultura que assumiram no dia 15 de março passado, por que é que não tomam uma atitude contra as indústrias? Contra o capital monopolista desta Nação? Porque se fossem os pequenos que estivessem fazendo o que eles estão fazendo, já estavam na cadeia, já estavam presos e já estavam pagando o que teriam que pagar, mas como é o grande capital, esse não é molestado pelos poderosos que estão comandando a Nação brasileira, ilegítimamente, porque não tem o voto do povo para comandá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto a esta tribuna hoje, para contestar. A imprensa do Paraná hoje, trouxe em primeira mão os dados da renúncia do Prefeito de Umuarama. Vem o Prefeito de Umuarama, novamente, tentar encobrir a sua corrupção, querendo se transformar em vítima naquele município. Ele diz, em seu pronunciamento gravado e retransmitido por uma rádio local. O Prefeito de Umuarama, João Cioni Neto, apresentou ontem a sua renúncia ao cargo que ocupava há dois anos e três meses, alegando em seu discurso, que, aproximadamente uma hora, que não poderia ser estorvo para a municipalidade, mas o Prefeito de Umuarama sabe muito bem que pesa sobre ele duas CPIs., para apurar as irregularidades, e que no fóro de Umuarama existe uma comissão de inquérito para apurar as irregularidades que foram feitas naquele município.

Existe também outras tantas que vão aparecer. Então, não vai o Prefeito de Umuarama, simplesmente, como ele diz aqui - vender suas propriedades e mudar da cidade. Ele tem que devolver o dinheiro que roubou daquele município, à municipalidade, porque depois da Comissão de Inquérito apurar todas as irregularidades existentes naquele município, terá, o Prefeito Municipal, de devolver aquilo que tirou do município porque como todos sabem lá, em Umuarama, quando entrou na Prefeitura entrou pobre e quer sair rico. Nós cobramos na Justiça e confiamos na Justiça do Paraná. O Prefeito de Umuarama renunciou porque sabia muito bem que se não renunciasse seria cassado pelo art. 201 pela Câmara Municipal; seria cassado pela Justiça de Umuarama e pela Justiça do Paraná.

Então, ele preferiu a renúncia do que a cassação para se transformar como vítima neste Estado mas, ele sabe muito bem que de vítima não tem nada. Sabe muito bem da corrupção que está envolvido naquele município, que é muito grande e o seu mandato chegou ao fim. Umuarama, nós cobramos porque isso não é justificativa, simplesmente, uma simples renúncia, porque servirá de exemplo para todos os Prefeitos do Estado do Paraná; servirá de exemplo para o Brasil que aquele homem que rouba dinheiro do povo terá que ser punido, terá que pagar por aquilo que roubou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordou-se, aqui, o problema da energia elétrica. Pretendo, hoje, trazer à discussão da Casa, alguns aspectos sobre a energia nuclear, especificamente, o acordo Brasil-Alemanha.

Iniciaria, Sr. Presidente, dizendo: (Lê):

“Cada e todo o ser humano tem o direito de lutar pela sua própria vida. E deve exercer o sagrado direito de defendê-la. Desnecessário estribar-se em máximas ou princípios antropológicos e sociológicos para dar sustentação a tais assertivas.

Em hipótese alguma, pode o Estado assenhorar-se avocando responsabilidade exclusiva na promoção do desenvolvimento econômico, social e político - como deu a entender o ex-presidente, General Ernesto Geisel, em março de 1977, em publicação intitulada “O Programa Nuclear Brasileiro”, conhecida como “livro branco”, dos destinos de todo um povo, como se a si próprio atribuisse as delegações exaradas de um pátrio poder ilimitado e infinitamente abrangente.

Ainda ao divulgar aquele documento, o ex-chefe da Nação afirmou que para assegurar esse desenvolvimento “necessário ao bem-estar geral, é imprescindível dispor de adequadas fontes energéticas, dentre as quais sobressai, nos dias de hoje e no futuro próximo, a utilização do átomo”.

Considerando-se esses quinze anos de traumatizada vivência do Brasil como um capítulo de sua história cujas páginas escritas com as tintas do arbítrio, da prepotência, da tirania, do despotismo, do entreguismo, da ausência do espírito de brasilidade, do desrespeito à soberania nacional, do descaso para com quem pela Pátria não hesitaria dar a vida, e que, nos fazendo tremer, farão chorar nossos pósteros, é de se indagar qual o real significado do termo mentira para o entender do grupo que preparou a montagem dessa grande farsa à qual se dá o nome de Programa Nuclear Brasileiro.”

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, o tempo do Pequeno Expediente está encerrado. Como Vossa Excelência está como primeiro orador inscrito, dentro do Grande Expediente, passa Vossa Excelência, agora, Deputado, a usar o Grande Expediente. O SR. NILSO SGUAREZI — (Continua lendo):

“Pois, ao apresentar as diretrizes do denominado Programa Nuclear Brasileiro, cujo documento, no dizer ainda do Presidente Geisel, “visa a proporcionar esclarecimento público - sobre o dito cujo -, que conta “ipsis litteris” COM O APOIO UNÂNIME DA VONTADE NACIONAL”, o Governo Brasileiro impingiu aos cento e dez milhões de brasileiros, mais um de seus faraônicos projetos, que traz em seu bojo, a consequência antevista da coexistência diuturna com o risco de um acidente de proporções semelhantes ou piores do que o registrado em semana que passou, no Estado da Pensilvânia, na América do Norte.

Não, senhor Ernesto Geisel, o Programa Nuclear Brasileiro não contou e nem conta com o aval unânime da vontade

nacional. Prova é que, segundo agências noticiosas, a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara decidiu sugerir ao Conselho de Política Energética, através do Ministério das Minas e Energia, o reestudo do citado programa, considerando que o recente acidente ocorrido na usina atomoelétrica na ilha de Three Mile. Ainda por sugestão do nosso companheiro Jorge Uequet, da bancada emedebista na Assembléia gaúcha, as bancadas dos dois partidos que formam a Comissão decidiram também promover um ciclo de debates sobre o Programa Nuclear Brasileiro, suas vantagens e desvantagens e o perigo do funcionamento das usinas atômicas. De acordo com o Deputado Presidente da Comissão, também nosso companheiro Fernando Cunha, do MDB goiano, “os primeiros temas a serem questionados se referem ao contrato da instalação de Angra-I e o acordo Brasil-Alemanha QUE NÃO FOI DEBATIDO PELO CONGRESSO POR IMPOSIÇÃO GOVERNAMENTAL”.

Realmente, o acordo nuclear não foi nem sequer debatido nas esferas legislativas. Não recebeu aprovação nem do povo, nem de seus representantes. Foi aprovado sim, pela vontade de uma única pessoa, acolimado pelo conhecido séquito de áulicos do mando, pelos fabricantes, pelos tecnocratas, enfim, por uma procissão de esfomeados de lucros e sedentos de poder.

Disse bem Fernando Cunha ao afirmar: “A Nação não falou nem foi ouvida e nada lhe foi perguntado. Era tempo de censura, censura total e absoluta. O acordo Brasil-Alemanha chegou a esta Casa e foi tratado como documento secreto. Não pode ser discutido. Sequer passou pela Comissão de Ciências e Tecnologia que era o órgão próprio para discutí-lo”.

Do programa nuclear brasileiro pode-se afirmar ser nada mais do que o resultado das rompanes megalomaniás e de insensatez que domina os autoritarismos. Não obteve e nem obterá os aplausos do povo brasileiro sempre sequioso e zeloso da coexistência verdadeiramente pacífica com os demais povos do Mundo. Se consultado, o povo brasileiro, temos dúvida se apoiará os projetos já em curso para utilização do átomo, uma vez que é sabido ser a opção nuclear, um meio para assegurar ao país o caráter de potência belicosa, tal qual o governo argentino que mantém um programa com os mesmos fins. O inteligente jornalista Carlos Chaga posicionou o problema como eminentemente político e de adoção autoritária, sem consulta à Nação. Isso porque, interesses distantes da realidade nacional, da verdadeira vontade brasileira, manobram os pensamentos audaciosos dos entronizados do Sistema.

Para corroborar nossa afirmação de que o povo brasileiro, nem mesmo através de seus representantes nas Casas Legislativas tomou conhecimento dos termos do acordo Brasil-Alemanha, invocamos o testemunho do engenheiro Marco Penna Behring, ex-presidente da ELETROBRÁS que foi enfático ao revelar perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado para averiguar o assunto, que “o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha foi inteiramente concebido sem consultas sequer ao setor elétrico. A própria participação da ELETROBRÁS em 1974/1975 nas negociações que levaram ao acordo foi muito pequena. Limitou-se à presença de alguns técnicos para assuntos específicos como por exemplo, aqueles relativos à fabricação de no Brasil. Nem eu próprio, - palavras de quem ocupou a Presidência da ELETROBRÁS de abril de 1967 a novembro de 1975 - fui ouvido na fase da elaboração do acordo ou do programa de instalação de oito centrais nucleares até 1990. Só depois de estar pronta uma minuta do acordo é que mostraram e logo depois me convidaram para participar da festa da assinatura em Bonn, a 27/06/1975”. Por outro lado, o ex-presidente da ELETROBRA depois de confessar-se incompetente para discutir os aspectos políticos do acordo nuclear Brasil-Alemanha, afirmou desaprová-lo na dimensão do acordo e do programa nuclear, sob os aspectos técnicos e econômicos.

Revelou aquela autoridade que somente para instalação das oito centrais nucleares programadas o país deverá gastar cerca de vinte e cinco bilhões de dólares, além do que deverá investir na implantação do ciclo do combustível e de uma fábrica de reatores.

É sabido que a crise do petróleo inflacionou tanto os preços mundiais, inclusive o de minas e combustíveis nucleares. Por isso, quando da instalação das usinas estimada em cerca de cento e sessenta dólares por quilowatt instalada, está hoje distanciadíssimo da realidade, porque o custo das nucleares e de seu combustível quase quadruplicou por força da crise do petróleo. Tais considerações deixam vasta margem de dúvidas quanto às vantagens econômicas decantadas pela viabilização do projeto.

Indubitavelmente, as demarches que conduziram o Brasil à assinatura do acordo foram deveras precipitadas. Precipitadas e ocultas sob a abóboda misteriosa da suspeição. De súbito, a Nação foi acordada com a notícia que havia entrado na corrida nuclear. Repentinamente, os brasileiros transformaram-se em adquirentes de oito usinas, propondo-se, à revelia, à instalação de outras quinze por conta própria, anunciando ainda, por intermédio de porta-vozes não autorizados, pretender chegar ao ano 2.000 com vinte e quatro centrais.

As autoridades brasileiras signatárias do acordo em Bonn justificam esta iniciativa recorrendo aos problemas decorrentes do modelo energético provocados pelo consumo cada vez maior e mais dispendioso do petróleo. Com segurança, se pode afirmar que o Brasil não terá condições de saldar o débito contraído com a Alemanha. Por outro lado, a produção de energia nuclear é uma opção que pode ser facilmente descartável em vista das potencialidades hidrelétricas brasileiras, das potencialidades do carvão existente no cone sul da Nação. Indiscutivelmente, em menos de vinte anos, estas usinas serão obsoletas, vez que a tecnologia nuclear ainda está por ser dominada, pois os conhecimentos até agora assimilados são mínimos, fragmentos de uma ciência cuja amplitude é inimaginável.

A continuar a implantação do malfadado programa nuclear brasileiro, teme-se pela relegação a segundo plano - em virtude de desvios de recursos - da política de prospecção e extração do petróleo, que já caminha a passos titubeantes. Seria de se enfatizar simplesmente a extração do petróleo, porém tal comportamento investe contra os interesses de grupos multinacionais. Até os bois sabem da existência de vastos lençóis petrolíferos situados na chamada região da serra da Bodoquena, nos banhados, nos alamados do Rio Miranda, em vasta extensão territorial onde antigamente resplandecia o Mar de Xaraz, no Estado do Mato Grosso do Sul. Tão saliente é o gosto de óleo naqueles charcos que o próprio gado recusa-se a beber água naquela região. Mas, ousaria o Governo contrariar interesses econômicos do Grupo Rockefeller, estratégicos proprietários da área? Geólogos verdadeiramente nacionalistas entendem que o Brasil está deitado em esplêndido berço coberto de dimensional lençol petrolífero. No entanto, perdura até hoje a prática da farsa nas perfurações quando nossas sondas, em regiões tidas como prováveis armazéns desta fonte de energia, sequer atingiam os dois mil metros de profundidade - segundo denúncias de Monteiro Lobato em diversas obras suas -, sendo lacrados e taxados de improdutivos, tudo isso, numa manobra sórdida, urdida por mercenários da Nação, a serviço de potências estrangeiras, cujo processo perdura até os dias de hoje, com agravantes, pois deve-se considerar o avanço tecnológico no setor.

A discussão do futuro do acordo nuclear é bastante diversificada em razão da multiplicidade de seus objetivos, da complexidade dos meios e da variedade de ponderações. Não se deve subestimar a posição da opinião pública que já se colocou em estado de prontidão condenatório quanto ao pro-

jeto, motivado pelo sentimento do medo. "Nenhum Governo tem o direito de gerar medo; menos ainda o de reprimir ações desencadeadas pelo medo que ele próprio gerou. O governo brasileiro não tem esse direito, nem necessidade", sentenciou um editorial do Jornal da Tarde.

O povo brasileiro em geral - pela vastidão de seu território - e pelo sigilo que foi imposto quando da negociação do tratado, até os dias do acidente na usina atômica de Three Mile Island, ainda não se conceituou em relação ao assunto. No entanto, as camadas mais próximas dos meios de comunicação, dos centros de discussão e de debates, posicionam-se quase que diariamente. O agrônomo Marco Antonio Castanheira, presidente da Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente - APPEMMA -, opinou "O Brasil deve refletir bastante sobre a explosão de um dos reatores da central nuclear norte americana - acidente já era esperado, como é de esperar outros e outros. Para o Brasil é uma lição que deve ser estudada, pois aqui a coisa é bem pior. Além de não saber controlar o funcionamento das usinas, que é empírico, elas estão muito mal situadas porque se localizam numa região onde a infra-estrutura não oferece segurança e debaixo de uma rota de aviões que fazem a linha Rio-São Paulo. Angra dos Reis não seria de forma alguma o local ideal para implantação de usinas. Ainda mais porque já houve trincamento de alicerces. A usina está na praia de Itaorna, que em Tupi-Guarani significa "pedra podre". Portanto, até os índios já sabiam que aquele local não oferece boa segurança em termos de infra-estrutura.

Realmente, o local não é sólido. Além disso, é praia, um recanto turístico, onde ocorre afluência do público nas proximidades". O presidente da APPEMMA ainda se reportando ao problema da segurança lembrou o acidente ocorrido no ano passado na Argentina, com a queda de um avião nas proximidades de uma usina - **E NÓS IMPLANTAMOS USINAS SOB UMA ROTA AÉREA**. Com oportunidade, o agrônomo Antônio Castanheira lembrou que o fator segurança nacional hoje está relacionado à capacidade de produção de alimentos de cada país. Portanto, a principal arma hoje é a guerra meteorológica e não nuclear como já bem demonstram os Estados Unidos e a União Soviética empenhando-se na pesquisa do controle climático, um setor onde o Brasil sequer engatinha. Quanto aos objetivos da economia, a exploração da energia atômica não é a melhor opção para um país que dispõe de outras fontes alternativas, como o xisto, as hidrelétricas através do grande potencial hídrico, a biomassa, o metanol e outros.

E no mundo inteiro, diversas nações alertadas pelo acidente na Pensilvânia, já se propuseram à revisão de seus programas nucleares. Caiu por terra a teoria da não periculosidade das centrais nucleares. O caso de Harrisburg não é debutante.

A Central Information Agency - CIA - dos Estados Unidos e dois exilados soviéticos afirmam que no final de 1957 ou 1958, acidente semelhante registrou-se na União Soviética, causando centenas de mortes, além de ter provocado a evacuação de vários povoados e aldeias e ter esparramado material radioativo sobre uma área de dois mil e quinhentos quilômetros quadrados. Tal fato nunca foi confirmado pelas autoridades russas, num diferenciamento de atitudes com os Estados Unidos - em que pese a força da democracia - pois do acidente da usina Metropolitana Edison, na Pensilvânia, o mundo inteiro recebe considerável carga informática, ao passo que o derretimento ocorrido em Irqusk, região central da Rússia só passou ao domínio público graças a satélites e outros instrumentos de espionagem dos Estados Unidos que identificaram uma vasta zona inabitada, sugerindo paisagem planetária - de qualquer forma não característica da formação geológica russa, cercada de tropas, sem a presença de vida humana, animal ou vegetal.

Se ao povo brasileiro, a assinatura do acordo do programa nuclear passou despercebido, os riscos que o mesmo envolve não

podem lhes ser ocultados. Os males e os perigos da energia atômica estão preocupando os cientistas do mundo inteiro. Na França e na Suíça já acontecem manifestações populares pacíficas contra a energia atômica. E enquanto o chanceler alemão Helmut Schmidt vem ao nosso país para reiterar os itens do acordo nuclear e reafirmar garantias para construção de oito usinas no Brasil, o próprio governo de seu país não consegue anular o embargo interposto pelo Poder Legislativo teutônico à construção de quatro usinas na própria Alemanha. O que significa que o Programa Nuclear naquela Nação européia está desativado, interrompendo negociações que totalizam doze bilhões de marcos - importância aproximada do tratado teuto-brasileiro.

PIMENTA NOS OLHOS DOS OUTROS É COLÍRIO!

O acidente de Harrisburg soou como um alerta mundial: Na Ásia, foram feitas inspeções de emergência em reatores atômicos, enquanto que na Coreia do Sul, uma usina foi fechada devido a um vazamento radioativo.

As meias-verdades se sucedem: para tranquilizar seus próprios concidadãos, cientistas da Finlândia, Suécia, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra e Bélgica afirmam que os padrões de segurança adotados nesses países são superiores aos dos Estados Unidos. No Brasil, se sabe que a espessura da parede de proteção da central de ANGRA-I foi reduzido de 1,80m, para apenas 0,60 cm. Acrescente-se a esse fato, a possibilidade -- cientificamente reconhecida -- da ocorrência futura de um acidente de proporções semelhantes ao da Pensilvânia, que provocaria as seguintes consequências: milhares de pessoas morreriam; outras milhares de pessoas contrairiam câncer fatal; ainda outros milhares de seres humanos teriam nódulos de tireóide - isto tudo - num prazo de trinta anos, numa população que residisse num raio de até oitocentos quilômetros de distância de um reator afetado. Elevem-se tais dados à localização da central de ANGRA-I, encravada em extensa área de densidade demográfica das mais significativas e com o agravante de se situar na rota de dezenas de jatos do eixo Rio-São Paulo. O Japão - que conheceu na própria carne a força aniquiladora do átomo - enviou representante à capital americana para colher informações sobre o acidente e também um cientista ao local do vazamento.

Grupos ecológicos franceses protestam publicamente contra a energia nuclear exigindo a suspensão da construção de usinas, enfatizando que os reatores nucleares de seu país são tão inseguros quanto os dos Estados Unidos, pois utilizam o mesmo tipo de reatores pressurizados de água. Na Alemanha Ocidental, quarenta mil pessoas realizaram manifestação contra o plano de implantação de uma usina atômica na Baixa Saxônia. A Austrália - autora dos protestos contra as experiências nucleares subterrâneas da França na década 60-70 enviou especialista ao local do acidente para investigação. Políticos suíços afirmaram que o povo de sua Nação "foi embalado com uma falsa segurança", no desenvolvimento de sua energia nuclear e em maio próximo, eleitores daquele país deverão decidir se o Parlamento pode ou não aprovar a construção de novas usinas.

A nação brasileira e o mundo inteiro, mesmo padecendo relativa ausência de informações, já demonstra sintomas naturais de temor. A simples citação da palavra - atômica - qualquer ambiente sofre mutação instantânea, pelo condicionamento da lembrança de Hiroshima e Nagasaki. Experiências nucleares na estratosfera de nosso planeta são causas também do desequilíbrio climático que vêem tumultuando a ordem da natureza. Em nome da segurança de todo e de cada brasileiro, em nome da segurança e da tranquilidade do mundo inteiro, é necessário que se reestude os itens do tão já procrastinado Programa de implantação de usinas nucleares. É sabido que até o final da segunda década do século vindouro, o Brasil não carece, absolutamente de recorrer à energia atômica como

opção para o seu abastecimento, tão vastos são seus recursos naturais encontrados em seus mares, em seus rios e em seu solo.

Ressalte-se a insegurança sobejamente evidenciada na implantação das oito usinas tão afoitamente pretendidas.

A própria Alemanha, parte contratante interessada financeiramente no cumprimento do acordo, não dispõe - segundo testemunho do americano Kurt Mirow em seu livro "Loucura Nuclear" - de um pacote nuclear completo. Referência sua à questão de segurança. Adentrando o campo da economia, Kurt Mirow assinala no 13.º capítulo de sua obra editada nesse início de ano que "Em matéria de capa, a revista francesa de negócios ENTERPRISE criticara em 30 de janeiro de 1975, os mirabolantes planos nucleares franceses - CENTRAIS NUCLEARES CARAS DEMAIS - A revista, no entanto, não analisara apenas os gastos astronômicos necessários para a construção de centrais term nucleares. Os franceses fizeram também um balanço energético dos quilowatts gastos na construção de uma usina nuclear, contra quilowatts por ela produzidos, para ver se elas realmente gerariam aquela energia mágica, que justificaria o "pacto fáustico com o diabo". Os cálculos de um engenheiro norte-americano, J. Ackermann, deram a primeira resposta. Até 1971, a AEC (Atomic Energy Commission) dos EUA produzira cerca de dez por cento da energia gasta até aquela época em toda a aventura nuclear norte-americana, que incluía, é verdade, os gastos de energia elétrica necessária ao enriquecimento de urânio destinado a fins militares. Mas assim mesmo, ainda no ano de 1970, a demanda de energia elétrica das instalações de enriquecimento de urânio de Oak Ridge ultrapassava a produção de energia elétrica de todas as centrais elétricas nucleares instaladas nos EUA. A quase totalidade da energia elétrica produzida pelas imensas barragens do vale do Tennessee era gasta nas instalações de enriquecimento de urânio dos EUA". Rudolf Mirow destaca ainda que "é preciso investir muita energia num reator antes que ele comece a devolver a energia, e estudos realizados concomitantemente na Inglaterra e na França, mostraram que um reator produz tão-somente quinze vezes mais energia durante toda a sua vida útil, do que a investida em sua construção".

Na sequência de seu trabalho, Mirow retorna ao programa de segurança acentuando ser este o ponto central no debate sobre o futuro da energia nuclear, iniciando o 15.º capítulo de seu livro com contundente interrogação:

Se as centrais nucleares são tão seguras, por que é que não existem companhias de seguros interessadas em segurar reatores contra os riscos de um eventual acidente nuclear?

Considerações posteriores emitidas por diversos físicos fornecem validade insofismável à indagação e restringindo à pergunta à participação do Brasil na corrida nuclear, torna-se obrigatório estribar-se nos depoimentos de alguns conceituados cientistas, dentre os quais os proferidos pelo professor Luiz Pinguelli Rosa, secretário-geral da Sociedade Brasileira de Física que assim se reportou à uma decisão judicial da corte de Freiburg que ordenou a suspensão da construção da usina de Wyhl: "Não é óbvio que se adotem irrestritamente os critérios de segurança alemães, mas também não é óbvio que devam ser reduzidos sem discussão ampla, em que fiquem claros os riscos que se assumem por razões de economia". Pinguelli Rosa fez esta declaração motivado pelo decreto dos juizes que tomaram a decisão baseados em levantamentos de peritos independentes que concluíram que "as paredes de contenção do reator de Wyhl NÃO são à prova de ruptura". Ora, se tal decisão judicial foi tomada em relação à dúvida que pairava quanto à suposta segurança apresentada pelos 1,80m de espessura da parede de concreto do vaso de contenção do reator de Wyhl, o que poderia afirmar-se diante dos insignificantes 60cm com os quais se contentaram as centrais de ANGRA-II e ANGRA-III?

Kurt Mirow persiste no debate dentro do campo da segurança, revelando que “um estudo secreto da AEC — Atomic Energy Commission — publicou que “em 1972, os 30 reatores até então operando nos EUA sofreram um total de 850. ocorrências anormais”. Segurança custa dinheiro, assevera Kurt Mirow, os custos de construção de usinas nucleares dispararam. Já houve, pois, quem sugerisse ser mais vantajoso prever o pagamento de indenizações a mutilados e sobreviventes, se houver, do que investir pesadamente em vasos de pressão, sistemas redundantes de refrigeração e outros equipamentos da custosa parafernália de proteção das usinas nucleares. A usina hidrelétrica de Ribeirão das Lajes encontra-se em local seguro: assim o julgavam pelo menos os engenheiros da Light que a construíram. Uma tromba d'água que, em 1966, caiu na serra das Araras provou o contrário. Trinta e seis horas de chuva provocaram queda de toda a serra. A recém construída variante da estrada Rio-São Paulo fora levada montanha abaixo; um ônibus da Viação Única, vindo de São Paulo repleto de passageiros, foi colhido pela torrente de água e jogado no Rio Guandu. A usina de Lajes, cujo canal de fuga as quedas de barranco soterraram, sofreu inundação de lama. Seus geradores pararam por meio ano, provocando severo racionamento de energia no Rio de Janeiro. Meses depois, houve outro desastre “imprevisível”. A serra de Caragatatuba ruiu sob os efeitos de uma tromba d'água. A água infiltrada entre a camada superficial de argila e a base rochosa atuou como lubrificante e a serra serviu como tobogã gigantesco e trágico. Os deslizamentos atingiram 20 km de largura, causando centenas de mortes. O parque nuclear brasileiro está sendo construído em Itaoca, aos pés de uma montanha em decomposição. O POSSÍVEL MAIOR ACIDENTE NUCLEAR BRASILEIRO PODERÁ SUGIR, POIS, NO MEIO DE UM TEMPORAL DAS COSTUMEIRAS FRENTES FRIAS, QUE EM MENOS DE DUAS HORAS LEVARIAM A NUVEM LETAL AO RIO DE JANEIRO. ESPEREMOS PORTANTO, QUE OS ENGENHEIROS DO FUTURO, POR MAIS REMOTO QUE ISSO PAREÇA, NÃO PRECISEM CONSTATAR: “É ISSO AÍ, PERDEMOS O RIO DE JANEIRO”.

Já nos referimos anteriormente à incompreensível passividade de nosso Governo na condução dos negócios do petróleo, cujos problemas poderiam ser minimizados substancialmente não fosse o comprometimento suspeito havido entre segmentos da área econômica governamental e poderosos grupos estrangeiros alçados em cómodas e inatacáveis posições de dominadores do mercado, ditadores absolutos de regras e exigências que são. Há de se considerar a existência de um paralelo entre a nossa atual dependência nos citados negócios do petróleo e esta nova dependência já imposta por potências estrangeiras nos negócios de energia nuclear. Se, de um lado o Brasil produz 170 mil barris de petróleo por dia e consome mais de 1 milhão e 100 mil, obrigando-se a importar mais de 900 mil barris por dia, a preço cada vez mais elevado, nada mais sensato comercialmente do que a ativação efetiva do Proálcool, um programa existente desde 1976 mas que caminha à velocidade de tartarugas. Falta destemor ao Governo para enfrentar as potências multinacionais que vêm boicotando esse Programa. Aí estão as montadoras da indústria automobilística a barrar o carro movido a álcool da Fiat, já que estão interessadas em lançar automóveis a álcool ainda nos anos de 82 ou 83. Aliás, o próprio Ministério da Indústria e do Comércio insiste em não aprovar o motor da Fiat. Também as multinacionais da indústria petroquímica assestam suas baterias contra o Proálcool, eis que este redundaria no surgimento da álcool-química. O Brasil gasta este ano mais de 5 bilhões de dólares com a compra de petróleo. A estimativa para o próximo ano prevê que serão gastos mais de 6 bilhões de dólares, comprovando-se nossa extrema dependência do petróleo importado. Se uma consciência verdadeiramente nacionalista orientasse esse Governo e se realmente democrático fosse, ele exigiria de imediato, que a indústria automobilística

colocasse no mercado, já no próximo ano, 20 por cento dos carros produzidos, já equipados com motores a álcool, numa escala ascendente, mantido esse tantom de 20 por cento ao ano, já em 1984, o total dos carros produzidos no Brasil teriam que ser movidos a álcool. O jornalista Ricardo Bueno denunciou que até a Petrobrás é contra o Proálcool, pois “está preocupada com seus lucros e não com os interesses do país”, porisso ela não vê com bons olhos a substituição da gasolina pelo álcool, pois vendendo menos gasolina, teria balanços menos expressivos para exhibir. Ricardo Bueno explica que grande parte da gasolina que a Petrobrás vende aqui dentro a preços altos, teria que ser colocada no mercado internacional a preços irrisórios. Sentenciou ele ainda o insucesso do Proálcool fatalmente provocará racionamento, aumento da dívida externa em ritmo alucinante, corte de importações essenciais para poder pagar a conta do petróleo e que a morosidade da implantação desse Programa significa aumento catastrófico de nossa dependência econômica.

Se, ao traçarmos esse paralelo, dispomos de um lado, o Proálcool como válida opção para substancial diminuição das despesas brasileiras com a aquisição de petróleo, posicionamos nosso potencial hidráulico como substitutivo válido para contestar esse acordo que visa a nuclearização do país.

Ainda em meados da semana passada, o professor José Goldemberg, presidente da Sociedade Brasileira de Física afirmou que o Brasil não necessita de um projeto nuclear de vulto porque é “absurdo nuclearizar um país que dispõe de 200 milhões de quilowatts de energia hidrelétrica”. Referindo-se ao acidente de Harrisburg, disse Goldemberg que o episódio teve o mérito de sepultar qualquer atitude arrogante do governo brasileiro em relação à segurança do programa nuclear, colocando-se em questão a credibilidade do projeto.”

Reitere-se que a energia hidrelétrica é a mais barata do mundo. Seu combustível é a água que cai do céu — não polui, não custa dinheiro e se renova a cada chuva —, e por isso reconhecerem, os países da Europa e os EUA valeram-se primeiramente de todos os seus potenciais hidrelétricos, antes de encetarem a exploração de outras fontes energéticas.

Ainda em “Loucura Nuclear”, Kurt Mirow lembra: “o Brasil possui uma dádiva da natureza — a energia hidrelétrica — e sobre um ponto não há controvérsia: os grandes rios do interior constituem imensa fonte de energia hidráulica sempre renovável. O potencial brasileiro ainda não totalmente levantado alça 157.200 megawatts, estimou Luiz Cláudio de Almeida Magalhães, então presidente de Furnas Centrais Elétricas, em conferência pronunciada na Escola de Guerra em 1977, aos quais se adicionaram ainda os 6.300 megawatts da parte para-guaia da Itaipu, que serão absorvidos pelo Brasil, nos próximos 30 ou 40 anos”. É sabido que as usinas termonucleares custam hoje pelo menos 1.570 dólares por quilowatt segundo estimativas (irreais) feitas pela NUCLEBRAS, não computados ainda os preços do urânio e a reduzida confiabilidade das centrais nucleares de geração de energia elétrica. “QUALQUER USINA HIDRELÉTRICA QUE CUSTE MENOS QUE 1.803 DÓLARES POR QUILOWATT GERA, POIS, ENERGIA ELÉTRICA MAIS BARATA QUE UMA CENTRAL NUCLEAR”, segundo cálculos apresentados por Frederico Magalhães Gomes em outubro de 1977 em Simpósio Nacional de Energia Elétrica, promovido pela Sociedade Brasileira de Física. Este novo limite viabiliza a construção de muitas hidrelétricas ainda não estudadas e que portanto não constam das estimativas oficiais até hoje apresentadas, elevando o invejável potencial brasileiro para perto dos 200.000 megawatts aproveitáveis para construção de usinas hidrelétricas de grande porte.

“Usinas Hidrelétricas — ainda Kurt Mirow — totalizando 36.000 MW, encontravam-se em construção em 1977 (em operação neste ano, 22.000 megawatts). Outras usinas, totalizando uma carga básica de 60.000 MW, poderiam ser construídas, dis-

tando não mais do que cerca de 1.500 km dos centros consumidores. Seu custo de construção não ultrapassaria os 600 dólares por quilowatt instalado, dominadas as tecnologias de transmissão de energia gerada". Patenteia-se a economicidade das usinas hidrelétricas. Seguras, de uso realmente pacífico e progressista. Não são poluentes e nem atemorizantes. QUALQUER TÉCNICO DE FURNAS JÁ SABIA, EM FINS DE 1978, QUE O PROGRAMA NUCLEAR VAI CUSTAR BEM MAIS DE 2.000 DÓLARES POR QUILOWATT INSTALADO. O PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO TERÁ, POIS, UM CUSTO INFINITAMENTE MAIS CARO DO QUE A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS, E O BRASIL FICA NA CONDIÇÃO DE ÚNICO PAÍS DO MUNDO QUE, TENDO UMA ENERGIA MAIS BARATA, OPTOU POR OUTRA MAIS CARA.

Nenhuma nação conseguiu provar a viabilidade econômica da indústria nuclear. Ainda no ano passado, uma comissão do Congresso norte-americano concluiu:

1) Detritos radioativos representam problema importante e crescente. 3.000 toneladas métricas de elementos combustíveis encontram-se atualmente armazenadas provisoriamente em usinas nucleares. 17.000 toneladas se acumularão nos próximos 10 anos, e não existe tecnologia segura que permita o descarte final desses detritos.

2) Nem o Governo federal, nem a indústria nuclear possui estimativas seguras sobre o custo do descarte final de detritos radioativos e de combustível irradiado.

3) Após 30 anos de existência da indústria nuclear ainda não foi criada tecnologia de desmonte de reatores comerciais de larga capacidade, e os custos dessa inevitável desativação e desmonte são desconhecidos.

4) A confiabilidade de operação de reatores é um fator importante na formação dos custos de eletricidade. Quanto menos confiável for um reator, mais cara será a eletricidade.

5) As usinas nucleares apresentam confiabilidade inferior à das usinas convencionais. Os consumidores de energia nuclear pagam acréscimos de preços especiais, em períodos de desligamento de reatores para troca de elementos combustíveis.

6) Os requerimentos de capital para construção de reatores e os preços do combustível nuclear sofreram acréscimos dramáticos. Os índices de aumento dos custos de construção de reatores nucleares subiram: dez vezes mais depressa do que o índice geral dos preços. Os preços das usinas nucleares aumentaram duzentos por cento mais que os preços das usinas térmicas convencionais. O preço do urânio subiu de 12-16 dólares/kg em 1973 para mais de 80 dólares/kg em 1978.

7) As concessionárias de energia elétrica criaram elevadas capacidades ociosas. Os sobreinvestimentos custaram milhões e milhões de dólares, onerando desnecessariamente o preço da energia elétrica.

8) As taxas de crescimento de consumo de energia elétrica foram superestimadas. Alguns Estados estão presentemente negando licença para a construção de novas usinas elétricas.

9) Incentivos fiscais e depreciações elevadas incentivaram a construção de usinas elétricas nucleares, tendo os custos de construção todavia sido repassados para os consumidores.

10) Aumentos desproporcionais de custos e demandas menores de energia elétrica lograram reduzir substancialmente o volume de encomendas novas de reatores, aumentando concomitantemente o volume de cancelamentos e adiamentos.

11) Uma corte judicial declarou inconstitucional o Price Anderson Act (que declara a irresponsabilidade da indústria nuclear). Se a decisão for mantida, haverá grande desincentivo à construção de novas usinas nucleares.

12) A energia solar, e também a energia eólica (do vento), biomassa, exploração da energia térmica dos oceanos, representam atraentes alternativas energéticas para a energia nuclear. Se o Governo dos EUA investisse no desenvolvimento comercial da energia solar apenas uma pequena percentagem

dos recursos investidos em energia nuclear, a energia solar se tornaria competitiva em prazo não superior a cinco anos.

13) A conservação e a utilização mais racional da energia permitirão aos EUA suprir-se adequadamente durante os próximos 25 anos com as atuais fontes de energia disponíveis.

14) As usinas nucleares representam investimentos substanciais de capitais, mas produzem poucos empregos. Fontes de energia renovável, como a energia solar ou mesmo a conservação de energia, não possuem alta densidade de capital, possuindo, pois, um efeito ocupacional muito maior, ou seja, as fontes de energia alternativa produzem cerca de três vezes mais lugares de trabalho que a indústria nuclear. IMPROCEDE ASSIM O ARGUMENTO DE QUE A INDÚSTRIA NUCLEAR SIGNIFICA A CRIAÇÃO DE LUGARES DE TRABALHO. Estas conclusões foram citadas por Kurt Mirow em "Loucura Nuclear" ou "os enganos do acordo nuclear Brasil-Alemanha". O Sr. Valduga — O nobre Colega permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Pois não.

O Sr. Valduga — Estive ouvindo atentamente a locução do nobre

Líder em que, inclusive, realça a nossa disponibilidade dentro do programa "pró-álcool". Então, valho-me deste aparte para salientar aqui, a importância que teve o gesto do nosso Governador Ney Braga, equipando o seu carro oficial, que conduz a personalidade mais importante do Estado a ser movido a álcool e, também, das empresas estatais paranaenses que já se encaminham nesse sentido.

Era só isto.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mas, concluindo, — Tão vasto é o campo para o debate sobre a necessidade...

O SR. PRESIDENTE — No decorrer da explanação do orador, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, em face do esgotamento do tempo que lhe é facultado, a Mesa o adverte para que conclua, concedendo-lhe, porém, mais 1 minuto.

Contudo, a Mesa informa o Sr. Deputado que ocupa a tribuna, que, após entendimento com o Líder da Bancada da ARENA, Sr. Deputado Erondy Silvério, concede-lhe mais 10 minutos para a conclusão, dos 15 reservados à bancada da ARENA dentro do Grande Expediente, ao que o orador agradece a honrosa deferência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, concluindo.

(Lê): "Tão vasto é o campo para debates sobre a necessidade brasileira da exploração da energia nuclear, comparada com os perigos que a mesma envolve, que sua área pode ser dimensionada como universal.

Jaz por terra a teoria da infabilidade.

Sepultou-se o argumento da economicidade.

O mundo nunca esquecerá Hiroshima e Nagasaki.

A imprensa noticia agora o fechamento do mais poderoso reator atômico em funcionamento no Japão, depois que a Comissão de Segurança Nuclear advertiu sobre a possibilidade de um vazamento radioativo semelhante ao que ocorreu em Three Mile Island. Em Harrisburg e nos demais condados próximos à ilha de Three Mile, a população ainda se encontra temerosa e não se pode afirmar que o pânico é evitável. Sobrexiste o aumento da radiação atmosférica e ainda admite-se a possibilidade que a usina venha a fundir-se, desprendendo energia semelhante à uma bomba atômica, o que originaria a feição de um tremendo inferno, de proporções terríficas. Todo o problema levantado sobre a utilização do átomo para fins pacíficos, respalda-se em discutíveis teorias e o vazamento ocorrido na Central da Pensilvânia, ressuscita a indagação de se saber até que ponto países como o Brasil ou Argentina encontram-se em posições para alcançar o ponto ideal de eficiência e segurança tecnológica que mostram-se recentemente, como deficitárias na maior potência industrial do mundo.

Por outro lado, o que para nós, brasileiros, pode aparentar ofensa à nossa susceptibilidade, pode ferir nosso orgulho

pátrio, pode lancetar nosso brio, deve ser encarado como advertência, deve assomar delineamentos de alerta, de precaução e de resguardo. Em assim dizendo, reporto-me a série de artigos do especialista Milton Benjamin, no influente jornal "The Washington Post", declarando que o Brasil possui uma mão-de-obra analfabeta, não tem pessoal técnico superior em quantidade suficiente e planejou mal a localização de três das oito centrais nucleares acertadas com a Alemanha Federal.

De acordo com o articulista, a escolha de Angra dos Reis mostrou apenas a ansiedade do país em adquirir poder nuclear, principalmente porque se trata de uma região costeira entre o Rio de Janeiro e São Paulo, densamente povoada e perigosamente exposta à ação do mar, o que criará grandes problemas de investimento para conseguir o nível adequado das centrais e à altura dos silos de proteção.

A verdade dói mas tem que ser dita.

Não mentiu o jornalista estrangeiro quando revelou que as usinas são construídas por operários analfabetos que acreditam estarem trabalhando num projeto para enviar um astronauta brasileiro à lua. Quanto à Argentina, as dúvidas dos setores voltam-se à sua capacidade financeira para dar curso ao projeto, pois sua economia está doente e moribunda, e desse mesmo ponto de vista, os próprios responsáveis brasileiros admitiram que o Brasil não disporá de meios financeiros para compra das instalações das oito centrais antes de 1990, conforme está previsto no acordo. Ora, juridicamente nada impede a ruptura desse contrato assinado à revelia da vontade soberana do povo. Culpe-se o Governo pela sua precipitação. Culpe-se o Governo pela postura misteriosa nas demarches que levaram à elaboração do Programa Nuclear para o Brasil. Culpe-se o Governo pela falta de humildade em não reconhecer nossas deficiências técnicas e econômicas diante de projeto de tamanha envergadura e tal complexidade. Culpe-se o Governo por submeter o povo brasileiro às fórmulas laboratoriais das quais é sempre indefesa cobaia.

O povo brasileiro está com medo.

O cogumelo da morte que cobriu Hiroshima e Nagasaki sobrevive como um fantasma.

O que pensaria o povo brasileiro se soubesse que depois de um ano de funcionamento, Angra dos Reis terá armazenado o equivalente a mil bombas atômicas semelhantes às que foram lançadas naquelas cidades japonesas? Esta é a pergunta feita pelo jornalista Sérgio Augusto e que tem um endereço certo - aos que se postam em defesa da disseminação das centrais nucleares, incentivando-as, ávidos que são por lucros piramidais.

O que acharia o povo brasileiro se fosse informado que uma usina nuclear tem vida curta e outras novas precisam ser construídas em sequência PARA GÁUDIO DAS MULTINACIONAIS DO RAMO? Se o petróleo escasseia, quem garante que o urânio e as reservas mundiais de combustíveis para os reatores de água leve pressurizada TAMBÉM SÃO RECURSOS INESGOTÁVEIS?

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aos arautos da proliferação dos armazéns da morte nuclear que esvoaceiam brandindo folhetins e relatórios dando conta que tais usinas não explodem, respondemos com a indagação formulada pelo tão inteligente quanto sagaz Joelmir Betting:

"PARA O CADÁVER, QUE DIFERENÇA FAZ PASSAR DESTA PARA A MELHOR POR FRAGMENTAÇÃO OU PULVERIZAÇÃO?

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado, mas o tempo de Vossa Excelência na tribuna, cedido pelo nobre Deputado Erondy Silvério, está esgotado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Para concluir, concedo o aparte ao nobre Deputado Nilton Friedrich. Um minuto, Sr. Pre-

sidente.

O Sr. Nilton Friedrich — Serei breve, ilustre Deputado. O nosso objetivo é simplesmente de fazer uma colocação muito bem feita genericamente por Vossa Excelência, merece de todo o Brasil uma parada para se realizar, e exatamente discutir que desenvolvimento quer o Brasil. E aí me reporto ao custo exatamente destas cinco usinas ou oito que estão previstas, em torno de vinte e cinco bilhões de dólares, sendo que o custo final será exatamente o dobro da energia comum de hidrelétricas.

E por outro lado me faço aqui valer das palavras do ilustre físico José Zats, professor da USP, que disse "é falta de energia, para continuar alimentando um modelo industrial que cresce geometricamente, nos países ricos, produzindo supérfluos para atender necessidades criadas por uma máquina publicitária."

Esta é a energia que se procura fazer. Diz mais, este professor: "Que o atual modelo de desenvolvimento traz problemas ambientais gravíssimos, mais ainda do que os enfrentados no Hemisfério Norte". E, arremata o cientista: "Que o Brasil precisa adotar um modelo de desenvolvimento voltado para a solução de seus problemas fundamentais, que são alimentos para o povo, habitação e educação". "Defendeu a criação portanto, de políticas regionais de desenvolvimento, "voltadas para os problemas cruciais de cada região e que procurassem resolvê-los com a utilização das energias mais acessíveis e utilizáveis naquela região: hidrelétrica, o carvão, o petróleo, a biomassa solar, etc. Desenvolvendo todos os tipos de energia possíveis, para não haver crise que nos afetasse de posse alguma".

Diz José Zats, o grande físico, que condena veemente a energia nuclear e principalmente o acordo feito entre Brasil e Alemanha, sem consulta aos cientistas e à Nação e criticando a continuação do programa nuclear.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário reservado a Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Estamos ocupando a tribuna para encaminhar ao Sr. Secretário de Estado do Interior, um expediente para que ele informe a esta Casa quais as providências adotadas pela SUREMA, para coibir a poluição atmosférica provocada pela COCELPA, que é a Companhia de Celulose e Papel do Paraná, cuja indústria é localizada no quilômetro 5, da Rodovia do Xisto.

E também perguntar ao Sr. Secretário por que não adota o Poder Público as medidas legais que lhe cabe aplicar, para obrigar a referida indústria instalar equipamento de filtragem, a fim de evitar a poluição. E o sentido do nosso requerimento, Sr. Presidente, é porque no ano passado, estou lembrado, que já a SUREMA através do seu Presidente havia concedido um prazo até maio de 1978, para que aquela indústria instalasse os filtros, para evitar a poluição que está hoje realmente sufocando o povo de Araucária, além dos danos que causa ao Rio Iguaçu.

Mas o principal assunto, Sr. Presidente, que nos traz a tribuna, é proceder a leitura do seguinte requerimento: "Sr. Presidente - Os incisos IV, V e VI, do artigo 134, do Regimento Interno, foram sempre veículo para manifestação rápida e desembaraçada da Assembléia. Desde que uma ocorrência lamentável ou um fato jubiloso, sem mais sérias implicações legais ou políticas recomendassem a iniciativa. Pesar por falecimentos ocorridos, ou regozijo por fatos ou efemérides significativas. Esses foram sempre o tipo de proposições amparadas

pelos Incisos referidos do Artigo 134. O testemunho comprobatório do que ora estamos afirmando, pode ser colhido não só nos anais da Casa, como até, por testemunho dos Deputados mais antigos. E foi essa, não há como duvidar, a intenção do próprio Legislador, Sr. Presidente. Tanto que para deliberação sobre este tipo de requerimento, não impôs a presença mínima da metade mais um dos Deputados, bastando o atendimento aos imperativos constitucionais e regimentais pertinentes, que é o terço indispensável ao funcionamento da Assembléia.

Todavia, Sr. Presidente, nas últimas sessões, esta Casa tem assistido, que determinados Srs. Deputados, usando de um artifício, que entendemos regimentais, que entendemos politicamente até bem posicionado, mas ilegítimo.

Vêm se utilizando dos dispositivos regimentais, que acabei de citar, para manifestações nitidamente políticas, e às vezes até facciosas, daí porque, entendemos ilegítima a ação.

Pronunciamentos da Assembléia com implicações partidárias ou conotações políticas não podem ser deliberadas sem que da composição numérica da Casa, pelo menos a maioria absoluta se faça presente.

Entendemos que a Mesa, não tem como negar acolhimento a tais proposições, assim como também não pode fugir ao recebimento do nosso requerimento.

Porque nós assistimos ontem ainda, a apreciação de uma matéria de caráter nitidamente político transformado em voto de regozijo, e a Mesa amparada no Regimento Interno, não concedeu a palavra, nem para discutir, e nem para o encaminhamento de votação.

Acho legítima a posição da Mesa, mas também acho ilegítima, acho que a Mesa não pode fugir, ao receber esse nosso requerimento, que "requer ouvido a Casa, que requerimentos de pesar ou regozijo, que tiverem - apenas aqueles, - que tiverem implicações partidárias ou conotações políticas, a critério do Presidente, se aprovados, com a presença de Deputados, inferior à maioria absoluta da composição numérica da Casa, tenham esse debate inserido em ata e mencionado no expediente externo, que eventualmente, expedido."

O que nós costumamos, Sr. Presidente não é o cerceamento, a liberdade de ação de nenhum dos membros deste Poder, mas apenas para que manifestações de ordem política, que às vezes são aprovadas de acordo com o Artigo 134 sem a maioria de 1/3, sem a maioria sem a presença da maioria absoluta, e mais um, que não representem o pensamento da Casa. Principalmente, se tiver conotação de ordem política.

Então, o que nós estamos requerendo, Sr. Presidente, a juízo do augusto Plenário, é que a Casa, é que a Mesa continue evidentemente, recebendo tais proposições. Mas, que na eventualidade da expedição de correspondência, que se faça constar no próprio requerimento, que foi a manifestação que não representa o pensamento político da maioria da Casa.

Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Erondy Silvério, é louvável, que Vossa Excelência esteja preocupado com maiorias, em discussão de requerimentos. É tão louvável, que meu Partido passou cerca de seis meses batalhando para que uma norma quase que geral, em todos os países, para alteração da constituição, houvesse um "quorum" qualificado de 2/3, e que no Brasil, por um simples pacote de abril, passou à maioria simples. Sempre é louvável que se pretenda que a maioria realmente, se manifeste.

Mas, no Brasil onde a nossa Constituição pode ser mudada por maioria simples, não me parece coerente que estejamos a nos degladiar, por simples requerimento que mesmo tendo natureza política, devem ser cerceados; porque esta é uma Casa Política e Vossa Excelência disse muito bem, não se pretende cercear o direito dos Srs. Deputados de apresentar requerimentos de votos de pesar, de regozijo, disse-o muito bem.

E, acredito que a maneira como foi posta a questão, de que se faça mencionar que o requerimento, aprovado ou não, o foi, por maioria não qualificada, pode ser discutido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e respeito o posicionamento de Vossa Excelência. Mas queria responder a Vossa Excelência que dos cento e vinte milhões de brasileiros deste País, talvez não chegasse a uma centena os que aprovaram o "Pacote de Abril".

A Bancada da ARENA não aprovou e Vossa Excelência pode perfeitamente deduzir que não se quer cercear a liberdade ou a iniciativa de nenhum membro deste Poder, apenas nós achamos justo, coerente também com o pensamento de Vossa Excelência, é que requerimentos aprovados sem a presença da maioria absoluta da composição numérica da Casa, tenham este detalhe inserido na correspondência a ser enviada. Era esta a nossa proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do

horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Ao assumirmos a tribuna nessa tarde, para falar nesse expediente, o fazemos com grande satisfação, porquanto, nosso objetivo é render justa homenagem a um homem que verdadeiramente revolucionou este País.

Queremos relembrar a eminente figura de GETÚLIO DORNELLES VARGAS, que se vivo fosse completaria no próximo dia 19, 96 anos de idade, e, é com saudades daquele homem público que foi o maior Estadista Brasileiro de todos os tempos, que nos propomos a reavivar a extraordinária trajetória política deste patriota, defensor intransigente dos elevados interesses nacionais.

O Brasil estava mergulhado, em 1930, em profunda crise. Crise política, social e econômica.

Estávamos sofrendo as consequências do "CRACK" da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que levou o mundo à quase falência, assim como estávamos sofrendo as consequências da ação retrógrada de uma oligarquia que se perpetuava no Poder.

A miséria de um lado, e a opressão, de outro lado trouxeram a revolta do povo, ainda mais quando o Presidente WASHINGTON LUIZ impôs, como seu sucessor, o Governador paulista JÚLIO PRESTES.

A aliança de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com o apoio do Nordeste, trouxe às candidaturas de GETÚLIO VARGAS e de JOÃO PESSOA, para a Presidência e para a Vice-Presidência da República.

As eleições, naquele tempo, eram a descoberto. O eleitor escrevia, perante a mesa, os nomes de seus candidatos em listas que lhes eram apresentadas. E, depois, no silêncio da sala secreta, eram elaboradas as atas, com os resultados que aprovavam o governo.

As eleições de 1930 teriam de registrar, como registraram, a vitória de JÚLIO PRESTES, através das atas falsificadas.

O povo brasileiro se sentiu ludibriado e despojado. Pegou em armas contra a oligarquia.

A revolução eclodiu a 3 de outubro, no Rio Grande do Sul. Todo o país se mobilizou em apoio dela. E, já no dia 24 de outubro, GETÚLIO VARGAS assumiu o Governo, no Palácio do Catete, recebendo-o da Junta Militar que havia deposto Washington Luiz.

O patronato urbano e o latifúndio constituíram o "CORONELISMO" em política. Impunham e elegiam os candidatos que queriam, porque podiam controlar o voto a bico de pena e porque podiam mandar elaborar as atas com os resultados eleitorais que bem entendessem.

VARGAS deu o voto secreto ao povo, libertando-o dos caciques locais.

Fez mais: convocou a Mulher Brasileira, ao dar-lhe também

o direito de votar e ser votada. É crescente, desde então o número de representantes femininas nas casas legislativas e nas prefeituras do País.

Preocupado com a sorte das Classes Trabalhadoras, en-senhou-lhes participação direta nos trabalhos constituintes de 1934, através dos Deputados Federais e Estaduais classistas. Mas, essa figura desapareceu nas Constituições posteriores.

O trabalhador nunca ocupara o devido lugar, como instrumento de progresso. Explorado desumanamente, a classe patronal não lhe reconhecia direito algum. Trabalhava para uma firma a vida inteira, ou até ficar inválido. Quando diminuía, ou extinta de vez, a sua capacidade de produção, era posto no olho da rua, sem indenização e sem aposentadoria. Ia engrossar a legião dos desempregados e dos que pereciam à mingua.

O Governo de VARGAS dignificou o trabalho e o trabalhador. Deu a este um **status**. Não foi preciso que o operariado vertesse o próprio sangue em lutas de ruas, como em outros países, para obter conquistas sociais. A legislação social veio pacificamente. Determinou estabilidade no emprego, jornada de oito horas, remuneração de horas extras, do trabalho noturno e do trabalho insalubre, repouso semanal remunerado, lei de férias, lei de aviso prévio, salário-mínimo, salário-família, assistência médico-hospitalar, lei de aposentadoria e pensões.

Os jovens trabalhadores pouco sabem dessas conquistas, e sabem menos ainda sobre a ação de VARGAS no campo trabalhista.

Houve uma deformação dos direitos das classes trabalhadoras após 1964 com a introdução da LEI DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. Pareceu, a princípio, que se tratava de mais uma conquista, para garantir a indenização. Mas, não demorou muito para verificar-se que, produto de inspiração de empresas estrangeiras, nada mais é do que instrumento de instabilidade no emprego, podendo o empregador mandar embora o empregado quando bem entender, sem importar-se se este já possui vinte ou trinta anos de casa, e se tem condições de arranjar emprego em outro lugar. Quanto menos tempo de casa, tanto mais fácil a despedida, e vai crescendo, assim, o número de trabalhadores marginalizados.

O Presidente VARGAS acompanhou os efeitos da explosão demográfica em nosso País. Surgem, a cada ano, mais jovens a procura de emprego. Esses empregos têm de ser criados, a cada ano, para o aproveitamento da força de trabalho existente. E a criação de novos empregos só mesmo através da dinamização da nossa economia. A dinamização teria de ocorrer somente através de industrialização em massa, com a exploração dos nossos abundantes recursos naturais.

A siderurgia foi o primeiro passo que se pretendeu dar. Foi no Governo de GETÚLIO VARGAS que se elaborou o primeiro planejamento econômico do Brasil.

Os "trusts" norte-americanos do aço eram senhores do mercado brasileiro. Recusaram-se a abrir mão dele. Não queriam perder seus excelentes negócios. Vetaram por isso, a construção, entre nós, de usinas siderúrgicas, que iriam oferecer condições para a implantação de outras importantes indústrias. Não conseguimos créditos nem tecnologia, para aquele fim.

A eclosão da II GUERRA MUNDIAL trouxe, para os litigantes, o problema de abastecimento de matérias-primas. O Brasil passou a ser fornecedor de borracha natural, minérios, alimentos, óleos industriais, etc. Fornecia seus produtos a quem os quisesse, dentro da política de neutralidade que se impusera.

Ao entrarem os Estados Unidos na conflagração, o Brasil, num gesto de solidariedade continental, rompeu, inicialmente, as relações diplomáticas com o "EIXO", e, depois,

declarou-lhe guerra, enviando a FEB para lutar na Itália.

Os Estados Unidos precisaram de bases aero-navais em nosso País, como trampolim para a África e a Europa. Concedêmo-las.

Os Estados Unidos precisaram de matérias-primas de que dispúnhamos, para o seu esforço de guerra. Concedêmo-las.

Chegara a vez do Brasil pedir algo em troca. Foi quando VARGAS conseguiu apóio para a construção da USINA SIDERÚRGICA DE VOLTA REDONDA. Fundou, ao mesmo tempo, a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, para centralização da extração e exportação do nosso minério de ferro.

A Usina de Volta Redonda marcou o início efetivo da industrialização brasileira.

Graças aos fornecimentos feitos durante todo o tempo de luta, o Brasil se tornou, pela primeira vez, em sua história, credor dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os "congelados" se acumularam, para pagamento depois do advento da paz, pois, com a concentração de todo o esforço bélico no fabrico de armas e de equipamentos para os exércitos, não havia possibilidade de obter-se maquinário e equipamentos para a nossa industrialização.

Tínhamos de ter paciência, e paciência é o que nunca nos faltou.

Enquanto isso, íamos dando alguns passos no caminho da nossa progressiva independência econômica. Os planos industriais estavam sofrendo revisão e ampliação, e medidas de caráter financeiro estavam sendo tomadas, para socorro ao nosso tateante empresariado.

VARGAS agia com prudência e com firmeza, a fim de não acirrar a hostilidade dos grupos econômicos estrangeiros, que tinham em grupos brasileiros os seus mais apaixonados defensores.

Havia sido criado em 1938, o CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO, e tomavam-se providências para o início da prospecção da lavra das jazidas. Corria, rumores sobre a criação da ELETROBRÁS, para retirada, das mãos estrangeiras, como defesa da SEGURANÇA NACIONAL, das indústrias de energia elétrica. A SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E CRÉDITO — SUMOC —, estava policiando mais a remessa de lucros para o exterior, e era pensamento transformá-la no BANCO CENTRAL. Como a industrialização ocupava lugar de destaque no programa, cuidava-se da criação do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Essas medidas estavam ferindo os interesses dos trusts estrangeiros, que se disfarçam, hoje, com a denominação de multinacionais.

Com o advento da paz, tornou-se possível a encomenda de maquinário e de equipamentos, para a ampliação e a modernização do parque industrial brasileiro. Mas, tendo cessado as necessidades bélicas, os trusts, aliados com os entreguistas de dentro do País, sempre à disposição deles, prepararam uma armadilha para o Presidente VARGAS.

Acharam que era tempo de redemocratização do Brasil. Não levaram em conta que o governo já havia baixado leis a respeito, e, em decorrência delas, os partidos políticos tinham sido criados, e estavam em plena atividade, empenhados em campanha para as eleições gerais de 2 de dezembro de 1945. Não havia, pois o que reclamar, desde que a redemocratização se achava em pleno curso.

O pior cego é o que não quer ver, e o pior surdo é o que não quer ouvir.

Jogaram contra a pessoa de VARGAS toda sorte de suspeição e de aleivosias, porque era preciso criar o clima de golpe. Nenhum trust falava dos seus interesses econômicos contrariados. Mas, pelos jornais que dominavam, através de anúncios, proclamavam a necessidade do afastamento de VARGAS, para que o País pudesse voltar à normalidade po-

Ítica.

A deposição do Chefe da Nação veio a 29 de outubro de 1945. Com ela, estavam afastados para os TRUSTS o perigo da nossa industrialização e o perigo da encampação de empresas estrangeiras que ameaçavam a SEGURANÇA NACIONAL. Os TRUSTS estrangeiros não perderiam então, o mercado consumidor brasileiro, e poderiam continuar a manipulação criminosa das nossas reservas em moeda forte.

Ao deixar o Poder, a 20 de outubro de 1945, para recolher-se voluntariamente à fazenda Itú, no Rio Grande do Sul, GETÚLIO VARGAS mostrava que o meio circulante (dinheiro) do País havia alcançado a DEZESSETE BILHÕES, QUINHENTOS E TRINTA MILHÕES, QUINHENTOS MIL E CENTO E NOVENTA CRUZEIROS. Mas esse meio circulante tinha como lastro, CINCO BILHÕES E DUZENTOS E QUARENTA E OITO MILHÕES DE CRUZEIROS em divisas estrangeiras (dólares, libras esterlinas e outras moedas), como créditos de financiamentos, SETE BILHÕES E CENTO E QUINZE MILHÕES DE CRUZEIROS em ouro armazenado, QUATRO BILHÕES E OITOCENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS de empréstimos feitos através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, mais HUM MILHÃO DE CRUZEIROS de participação do Governo na COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (Usina de Volta Redonda) e UM BILHÃO E QUATROCENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS, de produtos financiados pelo Banco do Brasil.

Pelo exposto, verifica-se que havia um SUPERAVIT, ou excedente, de DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS sobre o montante do dinheiro em circulação.

Em relatório preparado por uma comissão de alto nível sobre a situação econômico-financeira durante o Governo de EURICO GASPAR DUTRA, vamos ver que, a 30 de dezembro de 1950, cinco anos depois da deposição de VARGAS, o meio circulante quase havia dobrado, tendo chegado a TRINTA E UM BILHÕES, DUZENTOS E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS, ou diferença para mais, de DEZESSEIS BILHÕES E QUINHENTOS E VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS.

O pior é o que estava por detrás de tudo.

No primeiro ano de governo do seu sucessor, veio a Instrução n.º 20, de agosto de 1946, da SUMOC, que aboliu temporariamente as limitações sobre as remessas de lucros e dividendos, tendo sido a "primeira porta larga que se abriu para a dilapidação de nossas divisas".

Ao voltar ao poder, nos braços do povo, em 1950, GETÚLIO VARGAS encontrou dívidas e mais dívidas a pagar, em vez de reservas em moeda forte, que havia deixado para a industrialização do País.

Eleito, VARGAS teve que lutar contra todos os obstáculos que formados por inescrupulosos brasileiros, aliados a grupos estrangeiros, formaram um complô para impedir sua posse. Em primeiro lugar, surgiu a fórmula causística de maioria absoluta, pelo fato de GETÚLIO VARGAS haver obtido um pouco mais de 49% e menos de 50% dos votos. Em segundo lugar, as Forças Armadas estavam em agitação em virtude das eleições no Clube Militar, quando venceu a chapa nacionalista encabeçada por ESTILLAC LEAL.

Em cumprimento às suas promessas, VARGAS no Governo se consagrou à execução de um programa nitidamente desenvolvimentista, à base do nacionalismo. Cercou-se, para isso, de uma equipe técnica idônea, para a formulação dos planos, sempre em sigilo, por causa dos TRUSTS e dos entreguistas.

A primeira mensagem de VARGAS ao Congresso, em março de 1951, abordou as questões da criação do PLANO NACIONAL DO CARVÃO, do desenvolvimento da AMAZÔNIA, contra a criação da HILÉIA AMAZÔNICA, um instituto internacional que acabaria desmembrando a Amazônia legal do

território brasileiro, da criação da PETROBRÁS, do controle das exportações e das importações, do controle da remessa de lucros, e da reforma administrativa.

São de VARGAS, o PLANO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA, o PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, o BANCO DO NORDESTE, o PLANO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO e a MENSAGEM PARA CRIAÇÃO DA ELETROBRÁS, o PLANO DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO DO BRASIL, cada qual um marco no caminho do nosso desenvolvimento.

Podemos afirmar, sem susto de incorrer em erro, que tudo o que tem sido feito posteriormente, em matéria de desenvolvimento econômico, teve sua origem ou já havia sido planejado, no Governo de GETÚLIO VARGAS.

Os interesses estrangeiros foram mais duramente contrariados no segundo Governo de VARGAS, porque a nossa industrialização retirava um excelente mercado para os produtos vindos de fora.

Por isso, quando o Chefe da Nação solicitou através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, empréstimos no valor de QUINHENTOS MILHÕES DE DÓLARES, a serem gastos na compra de máquinas e de equipamentos para as nossas indústrias, o Governo de HARRY TRUMANN exigiu que, como compensação, o Brasil enviasse uma força expedicionária à guerra da Coreia.

VARGAS se indignou com a imposição descabida, e recusou o financiamento dizendo "PREFIRO ABRIR MÃO DOS QUINHENTOS MILHÕES DE DÓLARES, PORQUE NÃO HÁ DINHEIRO QUE PAGUE O NOBRE SANGUE DE JOVENS BRASILEIROS, QUE DEVERIA SER DERRAMADO EM TERRITÓRIO ESTRANGEIRO, EM DEFESA DE INTERESSES ESTRANGEIROS QUE, NEM DE LEVE, NOS DIZEM RESPEITO".

Outro gesto de altivez e patriotismo, foi quando o Embaixador norte-americano tentou pressioná-lo para não sancionar a lei da criação da PETROBRÁS, como monopólio estatal do petróleo, pois queria forçar a participação dos capitais do seu país. VARGAS apontou-lhe a porta, dizendo: "EMBAIXADOR, A SAÍDA É POR ALI". E recusou-se a receber em audiência o comandante de uma esquadra de 27 navios de guerra norte-americana, que na mesma data, fazia "uma visita de cortesia" ao Brasil, como forma de ameaça indireta.

O patriotismo inconspicível e as atitudes corajosas de VARGAS, conduziram os entreguistas e os TRUSTS internacionais a se aliarem, formando uma frente poderosa com o inteiro apoio de uma imprensa mal-avisada, para o combate ao seu governo.

Precisava ser aliado, por bem ou por mal, o homem que se opunha à rendição total do Brasil aos grupos estrangeiros.

Para ter-se uma idéia da situação das multinacionais da época, recorramos a alguns dados que figuram no discurso proferido por ARTHUR BERNARDES, na Câmara dos Deputados, a 15 de setembro de 1953, e louvado em balanço publicado pelo "Diário Oficial da União", de 1947:

"... A Standard Oil, a Shell, a Atlantic e a Coloric, todas empresas multinacionais, obteram lucros superiores a TREZENTOS POR CENTO, no ano de 1946.

Com a colaboração do Escritório Monsen, segundo revelou Hélio Silva em sua obra "1954: UM TIRO NO CORAÇÃO", a imprensa se enganou na luta contra o Governo de VARGAS, para não perder a fonte de receita dos fortíssimos anunciantes norte-americanos.

Nunca um Chefe de Nação foi tão aviltado e tão combatido. Tantos anos depois de finda a Segunda Guerra, os inimigos de VARGAS imitavam GOEBBELS: "à força de insistir nela, a mentira passa a ser verdadeira".

A campanha foi sórdida e tenaz, na imprensa, no rádio, na televisão e na tribuna parlamentar. Dela participou com veemên-

cia "a banda de música", atravessadores hipócritas, apresentando-se depois como defensores da democracia, sem que o remorso lhes corroesse, ao menos a consciência, e sem que uma gota de sangue de pudor lhes enrubescesse a face.

Uniram-se as multinacionais, os políticos e os jornalistas a serviço dos interesses estrangeiros no combate sem tréguas a GETÚLIO VARGAS. No meio militar, as traições também não tardaram a vir. O Vice-Presidente CAFÉ FILHO se complicou na trama.

Côncio de sua responsabilidade perante a Nação que o levava à Presidência da República, e côncio de que apenas interesses de ordem material é que serviam de mola para a campanha de injúrias e calúnias, GETÚLIO VARGAS recusou-se a humilhar-se com uma renúncia injustificável: *"Daqui só saio morto"*.

Um crime praticado por alguns elementos que trabalhavam no Catete, deu motivo à grande crise. A oposição, chefiada por Carlos Lacerda, gerou o início da deposição de GETÚLIO VARGAS, que preferiu matar-se no dia 24 de agosto de 1954.

Antes de suicidar-se, disse ao seu líder na Câmara dos Deputados, AUGUSTO CAPANEMA: *"Minha saída ou a minha permanência no Governo deixou de ter significação para mim. O que não quero é a desonra. O que não quero é ter, na História, meu nome envolvido na complacência com ladrões e assassinos."*

Um tiro no coração, o fez tombar heroicamente. Preferiu o suicídio à vergonha.

Cumpriu-se o que VARGAS dissera na Carta-Testamento:

"Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minh'alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação."

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias e a calúnia, não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo para o caminho da eternidade, e saio da vida para entrar na História".

E hoje, no momento em que toda a classe política brasileira esqueceu o maior de seus estadistas, este Deputado REQUER à Mesa, seja inserido na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de ENALTECIMENTO "post-mortem" a GETÚLIO DORNELLES VARGAS, quando no próximo dia 19 de abril de 1979, completaria seus 96 anos de idade, observando-se que no presente, vem sendo olvidado pelos políticos, mas está sua imagem viva no coração do povo brasileiro".

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado pela atenção dos Senhores.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Gostaria, eminente Deputado Domício Scaramella, de me congratular convosco. Vossa Excelência, contemporâneo do grande Presidente Getúlio Vargas, tem sido nesta Casa, um dos seus mais intrépidos defensores.

Tenho certeza, eminente Deputado, que a História haverá de registrar em Getúlio Vargas, um dos mais ardorosos estadistas que a Nação brasileira teve, e realmente um homem que pensou em termos de Brasil.

Pode ter tido uma fase não democrática em seu Governo, mas quanto ao nacionalismo de Getúlio Vargas, isso nem os seus maiores inimigos puderam contestar. E, nos dias atuais, a carta-testamento de Getúlio Vargas está sendo divulgada, não apenas aqui, mas pela imprensa do mundo inteiro.

Quando políticos procuram usar a legenda do ex-Partido Trabalhista Brasileiro, saiba Vossa Excelência, que o fazem na

tentativa de manter o patrimônio político que Getúlio Vargas legou.

Patrimônio que nenhum outro homem, no Brasil, conseguiu acumular em sua vida. Portanto, congratulo-me com Vossa Excelência, ao registrar nesta Assembléia, mais uma vez, os feitos e os êxitos do ex-Presidente Getúlio Vargas. E, principalmente, congratulo-me com Vossa Excelência pela coerência, como homem público, de não ter desmerecido a confiança e a amizade que teve com o "Velho Gaúcho", mesmo quando estava no exílio; sabemos que Vossa Excelência foi visitá-lo. E, daquela reunião, veio com a certeza de que Getúlio Vargas seria, novamente, Presidente do Brasil.

Portanto, Deputado Domício Scaramella, receba, em nome da nossa bancada, as nossas congratulações, porque Vossa Excelência é, na realidade, o mais autêntico representante do Parlamento do Paraná para falar sobre Getúlio Vargas. Muito obrigado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do ilustre Líder Nilso Sguarezi, e me emociono porque, com muito orgulho, ainda represento uma grande parte dos verdadeiros brasileiros que admiravam Getúlio Vargas.

Como diz Vossa Excelência, convivi, quando o ex-Presidente estava no exílio, naquelas horas mais amargas e mais duras. E disse Vossa Excelência que Getúlio Vargas administrou este País num regime não democrático. De fato, isso aconteceu. A História está aí. Nós conhecemos o seu governo.

Mas quero dizer com certeza, nobres Deputados, que aquela ditadura que vivemos naquele tempo, não usava e abusava do governo como hoje, que dizem não ser ditadura.

Não quero, absolutamente, ofender representantes da Arena, com referência à máquina governamental que foi usada de 64 para cá. Lembro-me, em épocas passadas, no Governo de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek, no Governo de Eurico Gaspar Dutra, na esfera estadual e na federal, no Governo do ex-Interventor Manoel Ribas, do ex-Governador Moisés Lupion, de Bento Munhoz da Rocha Neto, que nunca desceram seus pedestais para usar e abusar da máquina do Governo, em favor de seus partidos.

Faço política desde 1946, acompanhei Moisés Lupion em suas campanhas, acompanhei Getúlio Vargas, acompanhei Bento Munhoz da Rocha, e nunca foi usada a máquina como vem sendo usada agora.

Digo de coração, a todos os presentes - não vai ofensa a quem quer que seja, - estou desiludido com a máquina política do Brasil, pela maneira que se faz política nestes últimos anos, num governo que diz que não é ditadura. Mas que é muito mais ditadura política do que no Governo de Getúlio Vargas.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado, e se Deus quiser, ainda falaremos em nome de Getúlio Vargas e de outros brasileiros aqui desta tribuna, até 1982.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados, que no dia de amanhã, às 14:00 horas, estará em visita a este Poder Legislativo, o Senhor Presidente da COPEL.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/79, de autoria dos Srs. Deputados ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI, que dá nova redação ao parágrafo único do Artigo 39 do Regimento Interno. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — Aprovado o

Substitutivo Geral.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Altamira, com divisas e sedes que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/79, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro no Município de Coronel Vivida. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/79, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "LEGIÃO MIRIM DE ROLÂNDIA", com sede e foro na cidade de Rolândia, neste Estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Fundação Alberto e Regina Diedrichs", com sede e foro na cidade de Imbituva. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 01/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ALBERTO E REGINA DIEDRICHS", com sede e foro na cidade de Imbituva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de janeiro de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima pretende ser declarada de utilidade pública, e apresenta documentação anexa, pela qual se verifica que a mesma presta relevantes serviços à comunidade de Imbituva, na distribuição de bolsas de estudo em favor de jovens necessitados, com bom aproveitamento escolar. Assim sendo, pelos objetivos louváveis dessa fundação, é que submetemos a apreciação dos nobres Pares o presente plano de lei, o qual contamos com seu apoio e conseqüente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 01/79

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Erondy Silvério, tem por objetivo declarar de utilidade pública a "Fundação Alberto e Regina Diedrichs", com sede e foro na cidade de Imbituva.

Foi anexada Escritura Pública para Instituição de Fundação, na qual constam os Estatutos e Diretoria, devidamente registrada sob n.º 187 às fls. 72 do Livro "B" do Registro de Títulos e Documentos de Imbituva, além de certidão de parecer favorável do Promotor de Justiça da Comarca.

Dia 27 de maio de 1978, a entidade em tela completou um ano de funcionamento.

Segundo consta do argito 9.º de seu Estatuto, nenhum membro da Diretoria ou do Conselho percebe qualquer remuneração.

Sua programação, entre outros itens, abrange serviços de assistência social, beneficência e filantropia.

Tratando-se, portanto, de entidade do mais alto valor social, conforme justifica o ilustre parlamentar proponente deste Plano de Lei, e considerando que foram preenchidos os

requisitos exigidos para ser declarada a pleiteada utilidade pública, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
FIDELCINO TOLENTINO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/79, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro", com sede e foro na cidade de Castro, neste Estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 18/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CASTRO", com sede e foro na cidade de Castro, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, foi fundada em 10 de dezembro de 1971, estando seus estatutos devidamente registrados no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Castro, no livro número 01, às fls. 95v, sob n.º de ordem 89, em 28 de setembro de 1972.

Tem a A.P.A.E. de Castro prestado relevantes serviços de caráter filantrópico, sendo que seus objetivos, organização e atividades vão devidamente informados no relatório em anexo.

Dos próprios estatutos constam os seus fins, dispondo ainda o art. 26 que as funções dos membros da diretoria e dos Conselhos deliberativo e fiscal, não são remunerados.

Entendemos que preenche todos os requisitos legais, razão pela qual aguardam o pronunciamento favorável desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 18/79

1 — Subscrito pelo ilustre Deputado Dácio Leonel, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CASTRO", com sede e foro no Município de Castro.

2 — Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

a) — que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade;

b) — que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e;

c) — que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela **APROVAÇÃO.**

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Escola de Pais do Brasil", Seção de Curitiba", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 19/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ESCOLA DE PAIS DO BRASIL — Secção de Curitiba”, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

A Escola de Pais do Brasil - Secção de Curitiba, tem por finalidade aprimorar a formação dos pais, de modo que, pelo estabelecimento de psico-pedagogia que lhes é proporcionado, possam melhor educar os filhos e cumprir sua função na família e na sociedade, promovendo um maior entrosamento entre a família, a escola e a comunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 19/79

1 — O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, objetiva declarar de utilidade pública a “ESCOLA DE PAIS DO BRASIL - Secção de Curitiba”, com sede nesta Capital.

2 — A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências da Lei n.º 91, de 28/08/35, Decreto Federal n.º 50.517, de 02/05/61, e da Lei Estadual n.º 4.399, de 11/08/61, que disciplinam a matéria.

3 — Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer portanto é pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 160/78, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 05/79, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANAPOEMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 06/79, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de MARILENE e SÃO TOME, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo

da Mensagem Governamental n.º 16/79, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, com interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 25/79, que aprova Convênio celebrado entre os Governos Estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a SUDESUL e os estabelecimentos bancários que especifica, objetivando mútua colaboração para o desenvolvimento coordenado do Setor Metal-Mecânico da Região Sul. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 31/79, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os Municípios de Paranaguá, Marilândia e Altônia, objetivando execução de reparos em próprios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ebenezer Martins Müller e seus pais Henrique Müller e Loli Müller, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Palácios e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Aristeu Bacon, ocorrido na cidade de Jacarezinho. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à ANAI - Associação Nacional de Apoio ao Índio do Paraná, à Cinemateca do Museu “Guido Viaro”, ao Departamento de Psicologia e Antropologia da Universidade Federal do Paraná e ao Conselho de Animação Missionária, que deverão ser saudados pela realização da Semana do Índio. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em pedido de informações sobre as causas pelas quais a SANEPAR não cumpre a obrigação contratual de ampliar a rede de água e esgoto da sede do Município de Campo Largo. — Em votação.

O Sr. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, vamos negar provimento ao requerimento, mas traremos pessoalmente ao nobre Deputado Sr. Zanlorenzi, as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Requeiro a V. Ex.ª, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

13 Senhores Deputados aprovam; 20 Senhores Deputados

rejeitam.

Rejeitado o requerimento. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, visando medidas urgentes para o pronto restabelecimento de fornecimento de água ao Município da Lapa. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à SANEPAR, em forma de apelo, em favor da ampliação da rede de água da cidade de Campo Largo, a fim de servir o Jardim Itaboá e outros loteamentos do Bairro de Itaquí. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, em forma de apelo, no sentido de sua intercessão junto a COHAB-CT, visando a revisão dos valores das mensalidades das casas do conjunto habitacional "Parigot de Souza" desta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que sejam construídas duas salas de aula na localidade de Canoas, Município de Dois Vizinhos. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A discussão fica adiada para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, contendo pedido de informações sobre quais as providências adotadas pela SUREHMA, para coibir a poluição atmosférica provocada pela COCELPA. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que requerimentos de pesar ou regozijo que tiverem implicações partidárias ou conotações políticas, à critério do Presidente, se aprovados com presença de Srs. Deputados inferior à maioria absoluta da composição numérica da Assembléia, tenham esse detalhe inserido em ata e mencionado no expediente externo eventualmente expedido. — Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto de serviço telefônico na localidade de Rio Elias, no Município de Renascença. — Em discussão.

Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 01/79, 18/79 e 19/79 e dos Projetos de Resolução n.os 05/79, 06, 07, 08, 09 e 10/79.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.a SESSÃO LEGISLATIVA — 9.a LEGISLATURA

ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Wilson Fortes e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jurandir Messias, Adalberto Daros e José Tavares. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado pelo Senhor Presidente, por ter avocado para si, o seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 154/78, de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos. Dá nova redação ao Artigo 17, da Lei n.º 6.521, de 04/01/74. Parecer contrário. — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 14/78, relatado pelo Senhor Deputado Gabriel Manoel, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Dá nova redação ao item III, do artigo 140, da Lei n.º 6.174, de 16/11/70. Parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 16/79, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 30/79, encaminhando anteprojeto de Lei que consolida Legislação Pertinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, introduzindo no referido Quadro, alterações julgadas necessárias, relatado pelo Senhor Deputado Jurandir Messias. Parecer favorável — aprovado. Sendo o que constava da da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada esta Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Luís Delagassa Passos, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1979.

(aa) Deputado WILSON FORTES — Presidente

Osmar Luís Delagassa Passos - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ezequias Losso. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado José Antônio Del Ciel apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 147/78 - de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Distrito de Prado Ferreira, do Município de Mirassella. PROJETO DE LEI N.º 187/78 - de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública o Lar Infantil André Luiz, com sede na cidade de Rolândia. PROJETO DE LEI N.º 188/78 - de autoria do Deputado Muggiati Filho, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede e foro na cidade de Arapongas. PROJETO DE LEI N.º 02/79 - de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Fundação Assistencial e Educacional N. S. da Luz - FUNDA-LUZ, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 12/79 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 19/79, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, Código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos integrantes das várias carreiras que compõem o refe-

rindo Grupo Ocupacional. PROJETO DE LEI N.º 20/79 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 35/79, encaminhando anteprojeto de lei objetivando a criação de 6 (seis) cargos de desembargador no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. PROJETO DE LEI N.º 21/79 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 36/79, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a extinção das gratificações "pro labore" atribuídas aos membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, e de Diretores do Forum prevista na legislação específica e dá outras providências. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO - Presidente

Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

9.ª LEGISLATURA - 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e nove, reuniu-se a Comissão de Finanças na Sala das Comissões, sob a Presidência do Deputado Aginaldo Pereira Lima. Contando com a presença dos Senhores Deputados Membros e Suplentes e outros Senhores Deputados cujas presenças foram anotadas em separado para posterior envio ao Senhor Presidente deste Poder. Contando com número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente

reunião, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada houvesse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados e aprovados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 64/78, de autoria do Deputado Wilson Fortes visando criar no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera com sede e divisas que especifica. Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável - aprovado. PROJETO DE LEI N.º 102/78, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Guarapuava, um parque florestal e dá outras providências. Relator: Deputado Darcy Deitos. Parecer contrário - aprovado. PROJETO DE LEI N.º 99/78, de autoria do Deputado Accioly Neto, que autoriza o Poder Executivo criar sob forma de Fundação, a Universidade do Litoral, com sede no Município de Paranaguá e dá outras providências. Relator: Deputado Darcy Deitos. Parecer contrário - aprovado. PROJETO DE LEI N.º 66/78, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que cria no Município de Maringá, uma Escola Técnica Agrícola Regional e dá outras providências. Relator: Deputado David Cheriegate, parecer contrário - aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 131/78, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que acresce de inciso e parágrafos que especifica, ao artigo 23 do Regimento Interno. Relator Deputado David Cheriegate, parecer favorável - aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu, Nelson Sílvia Salles lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1979.

(a) Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA - Presidente

Nelson Sílvia Salles - Secretário